



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000384594

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Execução Penal nº 0001338-61.2025.8.26.0154, da Comarca de São José do Rio Preto, em que é agravante MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, é agravado JORGE GABRIEL DA SILVA TEIXEIRA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 8ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **DERAM PROVIMENTO ao agravo ministerial, para que Jorge Gabriel da Silva Teixeira, seja submetido a exame criminológico completo, após o qual o pedido deverá ser novamente analisado pelo Juízo das Execuções. V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MAURICIO VALALA (Presidente) E MARCO ANTÔNIO COGAN.

São Paulo, 22 de abril de 2025.

SÉRGIO RIBAS

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Voto nº 58.283 – São José do Rio Preto

8ª Câmara Criminal

Relator: Sérgio Ribas

Agravo em Execução nº 0001338-61.2025.8.26.0154

Agravante: Ministério Público do Estado de São Paulo

Agravado: Jorge Gabriel da Silva Teixeira

Vistos.

Trata-se de agravo em execução interposto pelo Ministério Público, contra a r. decisão de fls. 15/16, que deferiu ao sentenciado a progressão ao regime intermediário, sob o argumento de que preenche os requisitos objetivos e subjetivos para tanto.

Inconformado, recorre o Ministério Público, requerendo seja reformada a decisão de primeiro grau, com o retorno do sentenciado ao regime em que se encontrava para que seja submetido a exame criminológico, a fim de verificar se, de fato, possui mérito para ser beneficiado com o regime a ele concedido (fls. 01/10).

O recurso foi regularmente

processado e contrariado pela defesa (fls. 20/30).

A r. decisão foi mantida (fls. 43).

Nesta instância, a douta Procuradoria Geral da Justiça, em parecer, opinou pelo provimento do agravo interposto (fls. 51/58).

É o relatório.

O recurso ministerial comporta provimento, a fim de cassar a progressão e determinar a submissão do reeducando a exame criminológico.

No caso ora examinado, vislumbra-se que, de fato, o reeducando preencheu o requisito objetivo exigido para a concessão da benesse.

Entretanto, para a concessão do benefício em questão, não se contenta o legislador com o atendimento do lapso temporal, exigindo-se que detenha o sentenciado também, mérito, a evidenciar que esteja efetivamente preparado para retornar ao regime mais brando.

É bem verdade que com a edição da Lei nº 10.792/03, o exame criminológico deixou de ser obrigatório, uma vez que sua previsão expressa foi removida. No entanto, a jurisprudência dos Tribunais Superiores continuou a permitir sua realização, sob o poder geral de cautela do juiz, desde que fundamentada em circunstâncias concretas que gerassem dúvidas ao julgador.

Entretanto, recentemente, o exame criminológico voltou a ser obrigatório com a entrada em vigor da Lei nº 14.843/24, que alterou o artigo 112, § 1º, da LEP.

A nova redação estabelece que, em todos os casos, o apenado somente terá direito à progressão de regime se demonstrar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento, e obtiver resultados favoráveis no exame criminológico, respeitadas as normas que vedam a progressão.

Como é cediço, o exame criminológico consiste em estudo detalhado, elaborado por profissionais de diversas áreas da saúde e assistência social (psicólogo, psiquiatra, assistente social), além do diretor da unidade prisional, constituindo mecanismo deveras importante para o respeito ao princípio da individualização da pena na execução penal.

Nessa toada, anoto que a realização do exame em comento é ato de natureza processual, não possuindo relação com o delito, de modo que a regra do §1º do art. 112 da LEP tem aplicação imediata, podendo tal exame ser exigido mesmo àqueles que cometeram crimes antes da vigência da nova legislação, consoante o disposto no art. 2º do Código de Processo Penal.

Friso que, no caso, não se está a falar em retroatividade da lei processual (que ocorreria caso a nova lei processual modificasse ou invalidasse atos já praticados antes de sua vigência), mas sim em aplicação imediata, observado o princípio “tempus regit actum”.

Confira-se decisão do Superior Tribunal de Justiça a respeito:

“(...) Ressalto, por oportuno, que, com a redação dada pela Lei 14843/2024, o artigo 112, § primeiro, da LEP, passou a prever que, "em todos os casos, o apenado somente terá direito à progressão de regime se ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento, e pelos resultados do exame criminológico, respeitadas as normas que vedam a progressão". À vista do exposto, denego o habeas corpus” (STJ, Habeas Corpus 910.756/SP, Rogério Schietti Cruz, DJe de 08/05/2024).

Não bastasse, independentemente da discussão acerca de eventual inconstitucionalidade da nova Lei em tela, que, data vênua, como dito, referido exame é primordial para concluir com segurança se a sentenciada assimilou a terapêutica penal e se não voltará a delinquir, já que o fato de ter cometido diversos crimes de alta reprovação social e possuir considerável pena a cumprir, são circunstâncias que não podem ser desprezadas na análise do pressuposto subjetivo do benefício visado.

Confira-se precedente desta C. Câmara, a demonstrar a necessidade da realização do exame criminológico em casos tais, mesmo antes da recente alteração legislativa e restabelecimento de sua obrigatoriedade:

“É certo que o sentenciado ostenta bom

comportamento carcerário (fls. 08), e que a falta disciplinar de natureza grave ocorrida durante o cumprimento de pena da Execução n. 01 (iniciada em 13 de abril de 2000 F.A. de fls. 44/45), consistente em tentativa de fuga, teria se dado já há muito tempo, em 2004, tanto que já houve reabilitação em 2005 (fls. 11 Item “Faltas disciplinares”). O fato de a primariedade ser meramente técnica, e a circunstância de o tráfico vir associado a crime da lei de armas enseja, contudo, seja-lhe dispensado tratamento mais cauteloso, a fim de que haja uma maior aferição quanto a ter ele absorvido ou não a terapêutica penal. É de ponderar-se que o simples preenchimento dos requisitos legais não implica automaticamente no deferimento do pedido de concessão desse benefício. Faz-se necessária uma análise apurada sobre a conveniência, ou não, de colocar-se de volta ao meio social um indivíduo que ainda tem por cumprir longa pena. Não se desconhece que a Lei n. 10.792/02003 alterou o art. 112 da LEP, afastando a necessidade da realização de exame criminológico para a concessão da progressão de regime prisional. Desde então, passou-se a exigir apenas a juntada do atestado de bom comportamento carcerário, comprovado pelo Diretor do estabelecimento prisional, e a fluência do lapso temporal. Na hipótese de haver, todavia, dúvida razoável acerca do merecimento e do preparo do

sentenciado para a progressão de regime, principalmente se foi ele condenado por crimes hediondos e graves (que analisados conjuntamente ensejam inclusive a presunção de violência, pois versam tráfico de entorpecentes, associação criminosa e porte de arma), como no presente caso, é sempre recomendável a realização do exame criminológico para aferir, com um mínimo de segurança, sua efetiva aptidão para o convívio social, ainda que já tenha cumprido os requisitos objetivos e subjetivos previstos em lei. É, deste modo, efetivamente recomendável que se submeta o sentenciado ao exame criminológico completo, com avaliação social, psiquiátrica e psicológica, levando-se em conta como já observado ter sido ele condenado por crimes graves e hediondos. Aludida conduta pode, com efeito, estar eventualmente associado a eventual desordem psiquiátrica que contraindique uma reinserção social prematura daquele que tem longo período a cumprir. Diante desse quadro, precipitado seria, ao menos por ora, permitir a progressão de regime, cujo indeferimento do pedido é medida que se impõe constatado que o sentenciado ainda não reúne condições pessoais de reinserção social. Em suma, em se cuidando de reeducando condenado pela prática de crimes dolosos, que tenham sido cometidos mediante emprego de violência ou de grave ameaça à pessoa,

descabe, nos termos do art. 112 da LEP, sua progressão do regime fechado para o semiaberto, ainda que seja ele primário e tenham sido preenchidos os requisitos, enquanto não estiver efetivamente comprovado que reúne condições pessoais mínimas para reinserção social, indicativas de que não voltará a delinquir no regime prisional mais brando, no qual a atividade laboral se dá normalmente mediante trabalho externo. Ante o exposto, dá-se provimento ao agravo em execução interposto pelo Ministério Público, para cassar a decisão que concedeu a progressão ao regime semiaberto a REGINALDO RICARDO DE ARAÚJO, determinando-se o seu retorno ao regime fechado para a realização do exame criminológico completo, inclusive com avaliação psiquiátrica, após o qual o pedido deverá ser novamente analisado” (TJSP – Rel. Des. Grassi Neto – 8ª Câmara Criminal – Agravo em execução nº 7006836-46.2016.8.26.0344 – j. 03/08/2017).

Outrossim, inobstante a fundamentação adotada pelo d. juízo “a quo”, consoante muito bem explanou o E. Desembargador Juscelino Batista, no julgamento de recurso da mesma natureza: “(...) eventual ineficiência do Estado para realização do exame não pode sobrepor-se à necessidade de proteger a coletividade de eventuais novas violações a bens jurídicos fundamentais, ressaltando que, no âmbito da execução das penas, vigora o princípio do

in dubio pro societate. Destarte, mais uma vez respeitado o posicionamento diverso, tenho que justificativa não há para afastar a incidência do dispositivo em questão na espécie, legítima opção legislativa relacionada à política criminal” (TJSP; Agravo de Execução Penal 0007552-98.2024.8.26.0996; Relator (a): Juscelino Batista; Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Criminal; Data do Julgamento: 23/08/2024; Data de Registro: 23/08/2024).

Muito embora a decisão tenha considerado presentes os requisitos legais para a progressão ao regime semiaberto —notadamente o cumprimento do tempo mínimo de pena e a apresentação de atestado de bom comportamento carcerário —, cumpre esclarecer que tais elementos, por si sós, não são suficientes para autorizar o deferimento da benesse, especialmente diante do histórico do agravado.

O atestado de bom comportamento, vale destacar, representa tão somente o cumprimento de uma obrigação mínima esperada de qualquer apenado, não podendo ser tomado de forma automática como demonstração efetiva de mérito ou de evolução no processo de ressocialização.

E, na espécie, há fundadas razões para se duvidar da real capacidade de adaptação do reeducando a um regime menos rigoroso. O agravado possui elevada periculosidade, é reincidente em crime doloso mediante violência e grave ameaça e ainda cumpre pena longa, com término previsto apenas para 06/12/2029 (fls. 11/14).

A progressão prematura ao regime semiaberto, portanto, representaria um risco concreto à ordem pública, diante da probabilidade real de reiteração delitiva.

Diante de tais circunstâncias, impõe-se a realização de exame criminológico como medida necessária à adequada verificação da presença do requisito subjetivo exigido para a progressão. Tal exame tem respaldo no artigo 112, §1º, da LEP, quando houver elementos concretos que justifiquem a necessidade de avaliação mais aprofundada do comportamento e da personalidade do apenado.

É plenamente aplicável, nesse contexto, o princípio do *in dubio pro societate*, que deve orientar a tomada de decisões na fase de execução penal quando estiver em jogo a segurança da coletividade frente a um condenado de perfil reincidente, perigoso e ainda submetido a longa reprimenda.

Dessa forma, impõe-se a realização do exame criminológico como condição prévia e indispensável à análise da progressão de regime, permitindo-se à autoridade judicial decidir com base em elementos técnicos e objetivos quanto à real capacidade de reintegração do agravado à sociedade.

Assim, de rigor a revogação da r. decisão, para cassar a progressão concedida.

Diante de todo o exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo ministerial, para que Jorge Gabriel da Silva Teixeira, seja submetido a exame criminológico completo, após o qual o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

pedido deverá ser novamente analisado pelo Juízo das Execuções.

Sérgio Ribas
Relator